

## **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER**

**REQUERIMENTO N° DE 2019.**

(Da Sra. Aline Gurgel)

Requer a realização de Audiência Pública com a Secretaria Nacional de Política para Mulheres, para debater a situação das “Casas da Mulher Brasileira” em todos os estados, em especial no estado do Amapá.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutirmos os problemas e dificuldades que a Secretaria de política para Mulheres vêm encontrando para implantar a Casa da Mulher Brasileira nos estados brasileiros.

Para debater sobre o assunto, solicito seja convidada a Secretária Nacional de políticas para Mulheres, Eronildes Vasconcelos Carvalho, ex-deputada federal, conhecida como Tia Eron, Secretária Nacional de Políticas para Mulheres desde 2019.

### **JUSTIFICATIVA**

A Casa da Mulher Brasileira é um centro de atendimento humanizado e especializado para a mulher em situação de violência doméstica. Foi instituída em 2013 e deveria reunir em um mesmo espaço todos os serviços de apoio. As unidades teriam delegacia de atendimento à mulher, juizado e vara especializados, promotoria e defensoria pública, além de serviços de atendimento psicossocial, alojamento e orientação para programas de promoção de autonomia econômica, como indica a legislação.

O projeto deveria ter chegado aos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal até o fim de 2018, mas após 06 anos do lançamento da iniciativa e mais de R\$ 70 milhões investidos pelo governo federal, apenas sete dessas casas foram construídas no país e boa parte não funciona de forma adequada, sendo que somente duas funcionam como deveriam.

Na época da instituição do programa, todos os estados assinaram um **Pacto Nacional** que previa o enfrentamento à violência contra a mulher. Os recursos para implantação das unidades viria do Governo Federal. Em 2017 o Pacto se encerrou e a maioria das unidades não haviam sido construídas. O próprio Poder Judiciário atuou fortemente numa força-tarefa para que fosse repactuado o termo de adesão, sem sucesso.

O futuro da iniciativa também não é certo. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos afirmou que está avaliando as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher adotadas nos últimos anos, e realizando um levantamento a respeito de questões ligadas à Casa da Mulher Brasileira, e que só depois disso irá definir planos para os projetos que já existem.

No caso do Estado de São Paulo, a Casa da Mulher Brasileira custou até hoje mais de R\$ 10 milhões de reais, começou a ser construída em 2015 e até hoje não foi inaugurada. No Distrito Federal, a Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em 2015, mas interditada pela Defesa Civil por problemas estruturais e até hoje também não está funcionando, em Boa Vista/ Roraima, última a ser inaugurada, a Casa custou R\$ 10,9 milhões e ainda assim não pode funcionar de forma efetiva. Em Curitiba, no Paraná, a Casa da Mulher Brasileira também funciona de forma parcial e ainda está sem a delegacia da mulher. A unidade foi inaugurada em junho de 2016 e o investimento do governo no empreendimento foi de R\$ 9,8 milhões.

No caso do Amapá, meu estado, assinamos um Termo de Cooperação Técnica, e o terreno foi disponibilizado pelo Governo do Estado desde 2017, mas até hoje não conseguimos os recursos necessários para a construção da Casa da Mulher Brasileira.

Além de todas as dificuldades operacionais, esse ano o orçamento de 2019 para o programa de proteção à mulher é 6 vezes menor que o de 2015. O valor reservado no Orçamento é de R\$ 48,2 milhões, enquanto que há três anos atrás, o programa recebeu R\$ 290,6 milhões (valores reajustados). O corte de recursos demonstra uma não priorização da questão da violência contra mulher.

Trata-se de um projeto maravilhoso que é a principal ação do Programa “*Mulher, Viver sem Violência*” desenvolvido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, mas infelizmente não está sendo implementado como deveria. Precisamos entender e acompanhar as dificuldades que a Secretaria de Política para mulheres está encontrando, para que possamos então promover soluções. É necessário ter esforço político, compromisso de nós mulheres e de toda a sociedade, para que as vítimas de violência tenham um atendimento decente, de qualidade e humanizado.

Por todas essas razões peço a aprovação do Presente Requerimento de Audiência Pública, para que possamos ter um panorama real dos problemas enfrentados pela Secretaria de Política para Mulheres, no enfrentamento da violência contra a mulher, e assim colaborarmos de forma mais efetiva para a solução dessas questões.

**Deputada Aline Gurgel**  
PRB/AP